


**AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA NO CEARÁ: INSTITUCIONALIZAÇÃO E CULTURA
AVALIATIVA À LUZ DA AVALIAÇÃO CENTRADA EM PRINCÍPIOS**

**DIAGNOSTIC EVALUATION IN CEARÁ: INSTITUTIONALISATION AND
EVALUATION CULTURE IN THE LIGHT OF PRINCIPLE-BASED EVALUATION**

**EVALUACIÓN DIAGNÓSTICA EN CEARÁ: INSTITUCIONALIZACIÓN Y CULTURA DE
EVALUACIÓN A LA LUZ DE LA EVALUACIÓN BASADA EN PRINCIPIOS**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-183>

Data de submissão: 18/09/2025

Data de publicação: 18/10/2025

Francenilde Prado Bezerra

Mestre em Educação

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: pradonilde@gmail.com

Sandro Olímpio Silva Vasconcelos

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: sandroosvasconcelos@gmail.com

Fernanda Nicolau Nogueira Barbosa Nunes

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: fernandanunestimeformadores@gmail.com

Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

isabelciasca@gmail.com

Marcos Antônio Martins Lima

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: marcoslimaiag@gmail.com

RESUMO

Este estudo apresenta os resultados de uma análise sobre a Avaliação Diagnóstica (AD) no estado do Ceará. O objetivo geral foi verificar a viabilidade, adesão, utilidade e resultados dessa avaliação, com objetivos específicos de examinar sua viabilidade como política pública; investigar a adesão por gestores e professores; avaliar sua utilidade na tomada de decisão pedagógica e analisar os resultados relativos à aprendizagem e equidade. A Avaliação Centrada em Princípios foi adotada para oferecer um critério analítico alternativo aos modelos tradicionais, buscando compreender aspectos regulatórios, valor formativo, legitimidade institucional e efeitos sociais da AD. Fontes como o Portal de Periódicos Capes, biblioteca Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), documentos dos portais das CREDEs, SEFOR e entrevistas com gestores foram utilizadas. A análise foi realizada com base na matriz analítica da avaliação centrada em princípios (Patton, 2018),

estruturada pelos critérios de eficácia. O estudo aponta que a AD constitui uma política pública legitimada, embora persistam desafios em relação à apropriação pedagógica e à redução das desigualdades educacionais.

Palavras-chave: Avaliação Diagnóstica. Avaliação Centrada em Princípios. Políticas Públicas. Teoria Institucional. Equidade em Educação.

ABSTRACT

This study presents the results of an analysis of Diagnostic Assessment (DA) in the state of Ceará. The general objective was to verify the viability, adherence, usefulness and results of this assessment, with the specific objectives of examining its viability as a public policy; investigating adherence by managers and teachers; evaluating its usefulness in pedagogical decision-making and analysing the results relating to learning and equity. Principle-Centred Assessment was adopted to offer an alternative analytical criterion to traditional models, seeking to understand the regulatory aspects, formative value, institutional legitimacy and social effects of DA. Sources such as the Capes Periodicals Portal, the Scielo library, the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), documents from the CREDEs portals, SEFOR and interviews with managers were used. The analysis was based on the analytical matrix of principle-centred evaluation (Patton, 2018), structured by effectiveness criteria. The study shows that the DA is a legitimised public policy, although challenges remain in relation to pedagogical appropriation and the reduction of educational inequalities.

Keywords: Diagnostic Assessment. Principle-centred evaluation. Public Policies. Institutional Theory. Equity in Education.

RESUMEN

Este estudio presenta los resultados de un análisis de la Evaluación Diagnóstica (ED) en el estado de Ceará. El objetivo general fue verificar la viabilidad, adhesión, utilidad y resultados de esta evaluación, con los objetivos específicos de examinar su viabilidad como política pública; investigar la adhesión de gestores y profesores; evaluar su utilidad en la toma de decisiones pedagógicas y analizar los resultados relacionados con el aprendizaje y la equidad. La Evaluación Centrada en Principios fue adoptada para ofrecer un criterio analítico alternativo a los modelos tradicionales, buscando comprender los aspectos normativos, el valor formativo, la legitimidad institucional y los efectos sociales de la DA. Se utilizaron fuentes como el Portal de Publicaciones Periódicas Capes, la biblioteca Scielo, la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD), documentos de los portales CREDEs, SEFOR y entrevistas con gestores. El análisis se basó en la matriz analítica de evaluación centrada en principios (Patton, 2018), estructurada por criterios de eficacia. El estudio muestra que la DA es una política pública legitimada, aunque persisten desafíos en relación con la apropiación pedagógica y la reducción de las desigualdades educativas.

Palabras clave: Evaluación Diagnóstica. Evaluación Centrada en Principios. Políticas Públicas. Teoría Institucional. Equidad en la Educación.

1 INTRODUÇÃO

Presente como norma institucionalizada, forma de monitoramento, controle e classificação, sustentada por leis e orientações específicas, estruturas formais de normatização no fazer educativo, avaliação pertence a um campo de tensões e significações, cujas práticas são consagradas e cristalizadas, assim, pode-se afirmar que a avaliação é um artefato institucionalizado no processo educativo. (DiMaggio, Powell, 1983)

. Sua função é diagnosticar a aprendizagem para fundamentar decisões pedagógicas e administrativas, aprimorando o ensino de forma contínua (Luckesi, 2005). Se concentrando na gestão das aprendizagens dos alunos, a avaliação também assume papel formativo (Perrenoud, 1988). Nesse sentido, uma avaliação que se propõe diagnóstica, orienta a decisão pedagógica, ajustando-se às necessidades de aprendizagem identificadas em campo avaliado.

No Ceará, essa prática da avaliação formativa e de monitoramento foi difundida por meio de um processo estratificado (Barros, 2016), sendo institucionalizada como política pública de educação e utilizada como mecanismo de regulação e nivelamento das aprendizagens dos alunos do Ensino Médio (Ceará, 2021) sendo nomeada Avaliação Diagnóstica, AD. Do ponto de vista pedagógico, a AD é considerada uma ferramenta que possibilita acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem estudantil, gerando indicadores de desempenho para apoiar decisões (Ceará, 2021). Sob a perspectiva da gestão, enquadra-se nos modelos de avaliação destinados a subsidiar políticas de responsabilização com base nos resultados dos alunos, o que atribui consequências aos agentes escolares (Bonamino, Souza, 2012, p. 375).

Embora consolidada como prática de gestão, permanece a necessidade de aprofundar o olhar crítico sobre essa avaliação, não apenas quanto aos seus aspectos técnicos, mas também em relação ao modo como é apropriada pelas escolas e quais efeitos gera em termos de qualidade e equidade educacional. Nesse ponto, seu estudo sob a perspectiva da Avaliação Centrada em Princípios (Patton, 2018) traz importantes contribuições, pois, de acordo com Patton (2018) “um bom princípio fornece orientação para fazer escolhas e decisões, é útil para estabelecer prioridades” (p. 9). Sob esse ponto de vista, a análise da AD busca verificar em que medida atende aos princípios de eficácia, quais sejam, clareza, viabilidade, adesão, significação, utilidade e resultados, características da avaliação centrada em princípios, ao mesmo tempo em que é compreendida como guia para a prática pedagógica e para a cultura avaliativa no Ceará (Ceará, 2021).

Diante dos objetivos de examinar a viabilidade da AD como política pública; investigar a adesão de gestores e professores; avaliar sua utilidade na tomada de decisão pedagógica e analisar os resultados obtidos em termos de aprendizagem e equidade, este estudo questiona como a Avaliação

Diagnóstica, institucionalizada como política pública na rede estadual do Ceará, pode ser compreendida, não apenas como instrumento inovador, mas como ferramenta capaz de indicar se seus fundamentos efetivamente orientam decisões pedagógicas, promovem equidade e fortalecem a qualidade educacional. A análise abrange tanto sua existência formal como sua efetividade como gestão da prática pedagógica, oferecendo subsídios para debates acadêmicos e aprimoramento da educação no estado. Foram utilizadas como base de estudo para realização dessa pesquisa, fontes bibliográficas e entrevistas com cinco gestores de escolas estaduais de ensino médio de tempo integral do município de Caucaia.

Esse estudo estrutura-se na abordagem quadripolar de Bruyne, Herman e De Schoutette (1977), cuja divisão nos polos epistemológico, teórico, morfológico e técnico orienta a aproximação com o objeto de pesquisa a partir de quatro olhares investigativos, a saber: o Epistemológico, onde discute-se as bases do conhecimento; o Teórico, no qual se articulam e entrelinham os quadros de referência; o Técnico, que viabiliza a compreensão dos procedimentos de investigação; e o Morfológico, em que se apresentam os quadros de análise (RIBEIRO, 2021).

2 POLO EPISTEMOLÓGICO

Para De Bruyne, Herman e De Schouteete (1977), o Polo Epistemológico tem o propósito de interrogar as bases de validade do conhecimento científico, estabelecendo a relação entre teoria e prática, ciência e experiência. É nesse polo que se define a natureza do objeto estudado e se demarcam as rupturas necessárias para que a investigação se afaste do senso comum, produzindo conhecimento rigoroso e fundamentado.

Segundo Gaston Bachelard (2005), o conhecimento científico é resultado de um processo dinâmico, no qual sujeito e objeto se transformam mutuamente. A ruptura epistemológica, central para o autor, consiste em superar o senso comum por uma postura crítica e reflexiva. O saber científico demanda descontinuidades e constante integração entre teoria e prática, diferenciando-se do saber comum por conectar a pesquisa acadêmica à experiência cotidiana.

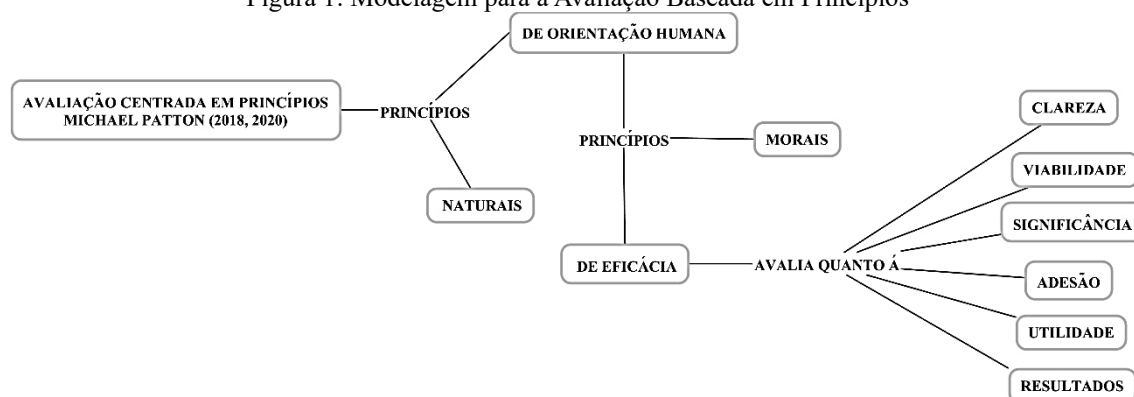
Sob a perspectiva bachelardiana a Avaliação Diagnóstica é um objeto histórico em constante transformação, caracterizado por rupturas com práticas anteriores e limites enquanto instrumento de gestão da aprendizagem. Essa abordagem destaca a importância de questionar saberes já estabelecidos e identificar novas mudanças para legitimar práticas avaliativas mais equitativas e formativas, reconhecendo a AD como construção histórica e epistemológica superando sua mera função técnica e busca legitimação como prática científica, formativa e justa (Bachelard, 2005).

3 POLO TEÓRICO

O conceito de “princípio” refere-se à causa fundamental que sustenta as decisões diante das constantes transformações do mundo. Neste contexto, entende-se que distintos campos de atuação adotam princípios específicos que, por vezes, podem ser divergentes. Tal cenário demanda que indicadores e critérios avaliativos sejam definidos de acordo com as escolhas prévias da organização. A avaliação orientada por princípios tem como objetivo verificar a clareza, relevância e aplicabilidade destes, bem como o seu seguimento e os resultados obtidos (Patton, 2018).

Os princípios variam conforme experiências, valores e áreas de atuação, podendo gerar conflitos. Eles direcionam critérios e indicadores usados na avaliação organizacional, impactando decisões e análises realizadas pelo avaliador, que pode ser influenciado pelas opções metodológicas e institucionais. Conforme Patton (2018), princípios naturais esclarecem o funcionamento do mundo, enquanto princípios humanos orientam decisões sociais e culturais, sendo suscetíveis à mudança ao longo do tempo. Nesse sentido, o processo de avaliação demanda competência cultural, ou seja, habilidade para respeitar e dialogar com a pluralidade de valores e práticas presentes na organização avaliada.

Figura 1: Modelagem para a Avaliação Baseada em Princípios



Fonte: Baseado em Patton (2018).

São critérios de eficácia: a clareza, que julga se o princípio é compreensível, acessível de modo que todos os envolvidos entendam seu significado, a viabilidade, que se refere às condições reais de implementação do princípio, avaliando sua exequibilidade considerando recursos disponíveis, a adesão que investiga se o princípio é assumido como referência ética e prática, não apenas formal. A significância, conectada ao sentido de importância dada ao princípio, ou seja, se este é visto como significativo pelos atores envolvidos. Por sua vez, a Utilidade e os Resultados formam um critério híbrido que analisa em conjunto se o princípio é capaz de gerar efeitos práticos e observáveis e se consegue apresentar resultados concretos de mudança, como a calibração da aprendizagem e correção

das diferenças. Este trabalho lida com os princípios de eficácia, buscando compreender em que medida esses princípios são relevantes para o objeto avaliado, se são possíveis de serem aplicados, se estão presentes no contexto cultural da organização, se são úteis para sua prática e se são representativos nos resultados alcançados.

Para Perrenoud (1999), uma avaliação de caráter formativo só será eficaz se, ao considerar as desigualdades, a instituição for capaz de contemplar a diversidade de formas de aprender, superando o paradigma da homogeneização. Nesse sentido, o caráter formativo da avaliação aproxima-se da busca por equidade.

Ao estudar a funcionalidade da AD enquanto política pública compreende-se que ao institucionalizar um processo avaliativo periódico, o Estado viabilizou um instrumento de alcance sistêmico. É importante considerar, entretanto, que essa viabilidade depende também da capacidade de lidar com a diversidade, o que constitui um desafio para o uso de instrumentos padronizados.

Luckesi (2018, p. 23) afirma que “o ato de avaliar, como qualquer outra prática investigativa, tem por objetivo exclusivamente revelar algo a respeito da realidade”. Nesse sentido, ao medir, comparar e agrupar os alunos por nível de proficiência a AD indica desigualdades no domínio dos saberes. Cabe aos gestores e professores, a partir da revelação desses dados, tomar decisões pedagógicas para intervir em favor da diminuição das defasagens de aprendizagem a fim de que a avaliação supere o aspecto ritual e burocrático e se torne uma ferramenta formativa.

Segundo Perrenoud (1998), o fracasso escolar depende da cultura educacional e dos programas aplicados, que muitas vezes descontextualizados. Os dados só se tornam relevantes quando analisados considerando desigualdades cognitivas e contextos fora da escola. Avaliações padronizadas geralmente ignoram essas diferenças. Durante a pandemia, por exemplo, fatores diversos dificultaram o ensino remoto, afetando acesso e aprendizagem. Nessas condições, avaliações em larga escala só mostram parte da realidade dos alunos se mantiverem formato, conteúdo e execução iguais.

Observa-se que a utilidade pedagógica da AD depende da apropriação consciente dos seus sentidos pelo professor e pela gestão escolar. É preciso compreender o lugar das intervenções e acompanhar os desempenhos de forma processual, vinculando os resultados ao desenvolvimento docente e à prática pedagógica (Costa, 2017; Mota, Mamede-Neves, 2021).

A Avaliação Diagnóstica (AD), usada para planejar o ensino em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Médio, serve como base para melhorar resultados em avaliações externas, como o SPAECE. Apesar dos documentos oficiais destacarem avanços vinculados à política educacional, pesquisas indicam que fatores estruturais e sociais, como gestão escolar, clima, vulnerabilidade social, racismo, gênero e condição socioeconômica, influenciam fortemente os resultados de aprendizagem.

Assim, os progressos observados pela AD devem ser interpretados também como reflexo das desigualdades sociais e devem orientar objetivos educacionais flexíveis e abertos a revisões.

3.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

No Ceará, a Avaliação Diagnóstica foi implementada como Política Pública após a análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB, em 2015, período em que o Ensino Médio apresentou um avanço discreto em relação às outras etapas da Educação Básica (Ceará, 2017b). O projeto tinha o objetivo de atender alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio para nivelar e consolidar conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, “utilizando instrumentos para diagnosticar a aprendizagem e analisar as práticas educativas, visando superar dificuldades identificadas nos resultados por meio da redefinição de princípios e métodos pedagógicos” (p.2). Posteriormente, a Avaliação Diagnóstica tornou-se parte da Iniciativa Foco na Aprendizagem, estendendo seu alcance a todas as séries do Ensino Médio. Sua fundamentação baseia-se nas premissas de equidade, descentralização e articulação curricular, orientando a elaboração de seus princípios próprios (Ceará, 2021c).

No âmbito das políticas públicas, a AD objetiva colaborar para o aprimoramento da qualidade do ensino na rede pública estadual. Seus princípios orientadores visam promover a equidade e compreender a aprendizagem como um processo contínuo, exigindo posturas formativas tanto nas interações em sala de aula quanto nos procedimentos avaliativos e na rearticulação curricular, com o intuito de compensar defasagens e nivelar os conhecimentos dos estudantes. Infere-se que as ações derivadas da apropriação dos dados da AD devam ser imbuídas desses princípios e modificar a escola, visto que em sua definição a avaliação foi concebida como uma “oportunidade para que toda a escola reveja sua abordagem acerca dos conteúdos curriculares” (Ceará, 2017b p. 3).

Todo o material da AD é ambientado na plataforma SISEDU, que disponibiliza exames, resultados em gráficos e listas de acertos por descritor. As provas são realizadas em fevereiro e agosto, nos formatos impresso e virtual. A primeira verificação avalia o desenvolvimento cognitivo dos alunos e orienta ações pedagógicas. A segunda verifica os resultados dessas intervenções (Ceará, 2017b) configurando-se como um instrumento que apoia a gestão escolar na tomada de decisões para aprimorar a aprendizagem.

Integrada ao programa Iniciativa Foco na Aprendizagem (IFA), a AD constitui o eixo formativo da educação estadual cearense, com foco em fortalecer Língua Portuguesa e Matemática por meio de ações que envolvem currículo, avaliação, formação docente e materiais estruturados, baseando-se em equidade, descentralização e articulação curricular. Desde 2019, a iniciativa, concentra esforços na

melhoria da aprendizagem no Estado, abrangendo avaliação, plataformas e repositórios, desenho curricular, gestão pedagógica e formação cooperativa (Ceará, 2021c).

Na Iniciativa Foco na Aprendizagem (IFA), a avaliação atua tanto como diagnóstico inicial quanto como verificação dos resultados das intervenções, integrando o Ciclo de Avaliações Diagnóstico-Formativas. Utiliza os descritores do SPAECE, chamados “Saberes”, que abrangem conhecimentos observáveis, mensuráveis e compatíveis com o tratamento estatístico, alinhados às matrizes do SPAECE, SAEB, BNCC e DCRC, promovendo integração entre avaliação e currículo (Ceará, 2021c).

Para Ferreira et al (2019) esse modelo de avaliação deve servir como ferramenta de gestão para orientar práticas e superar dificuldades. No Ceará, o relatório de diagnóstico educacional é um destaque e o desempenho dos estudantes é considerado o principal indicador da qualidade do ensino (Souza, 2023). Assim, compreendida como elemento da rede educacional, pode-se afirmar que a AD foi institucionalizada para apresentar um panorama da aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Médio da rede estadual cearense.

3.2 TEORIA INSTITUCIONAL E ISOMORFISMO

Segundo DiMaggio e Powell (1983), a institucionalização ocorre quando práticas se estabilizam em organizações não só pela eficiência, mas também pela legitimidade e conformidade com normas aceitas. Assim, a Avaliação Diagnóstica, ao tornar-se política pública na gestão educacional do Ceará, ilustra o isomorfismo institucional, pois escolas e gestores adotam procedimentos padronizados tanto por norma quanto por busca de reconhecimento institucional.

DiMaggio e Powell (1983) descrevem três mecanismos de isomorfismo: coercitivo, mimético e normativo, que podem ser empregados para analisar a consolidação das práticas. No caso em questão, o isomorfismo coercitivo está relacionado às exigências legais e orientações da SEDUC-CE, direcionando as práticas escolares ao cumprimento das políticas em vigor. O isomorfismo mimético acontece quando escolas reproduzem modelos reconhecidos por resultados anteriores, com o objetivo de reduzir incertezas sobre métodos considerados eficazes. O isomorfismo normativo resulta da formação e socialização profissional de gestores e professores, incorporando aspectos avaliativos à cultura de trabalho. A Avaliação Diagnóstica torna-se, assim, um instrumento de regulação e legitimidade, influenciando a cultura avaliativa do sistema estadual e a compreensão sobre aprendizagem e desempenho.

4 POLO MORFOLÓGICO

O polo representa o “plano de organização dos fenômenos, os modos de articulação da expressão teórica objetivada da problemática da pesquisa” (De Bruyne, Herman, De Schouteete, 1977. p. 159), e garante que a investigação tenha um roteiro predefinido e que a pesquisa encontre seu campo de objetivação. Este é o plano em que os fenômenos se organizam em quadros de análise coerentes com o problema e os objetivos da pesquisa, onde se articulam as categorias que traduzem a teoria em formas observáveis, garantindo rigor científico ao processo investigativo.

No presente estudo, o Polo Morfológico é estruturado, de acordo com a análise baseada em critérios (Patton 2020), em torno da Avaliação Diagnóstica cearense, instrumento de medição e nivelamento de aprendizagens, tomada como objeto empírico e institucional.

Quadro 1: Modelo de análise baseado nos critérios de eficácia, Patton (2020).

Princípio (Patton)	Conceito	Pergunta(s)	Indicadores / Traços empíricos observáveis	Objetivo específico relacionado
Clareza	O princípio deve ser formulado de modo compreensível e explícito; sem clareza não há orientação prática nem possibilidade de avaliação (Patton, 2020, p. 345).	4. Como a coordenação orienta os objetivos de aprendizagem em função dos resultados da AD? A escola avalia seu alcance?	Clareza dos objetivos da AD nos documentos; linguagem acessível nas Notas Técnicas; compreensão dos gestores sobre finalidade e usos pedagógicos.	OE3 – Avaliar sua utilidade na tomada de decisão pedagógica.
Viabilidade	O princípio precisa ser aplicável nas condições reais, considerando recursos, tempo e contexto (Patton, 2020, p. 346).	5. O que se pode destacar na realização do plano curricular associado aos resultados da AD em sua escola?	Cobertura da aplicação (rede/CREDE/escolas); prazos cumpridos; estabilidade dos instrumentos; suporte técnico; formatos (impresso/digital); devolutivas no tempo pedagógico útil.	OE1 – Examinar a validade da AD como política pública.
Adesão	Exige compromisso dos envolvidos; aderir é assumir como prática legítima e não apenas formalidade (Patton, 2020, p. 346).	6. Quais os avanços e dificuldades na apropriação da AD pela coordenação escolar? Há relação entre sua formação como gestor(a) e essa apropriação?	Presença da AD em planejamentos e formações; menções ao uso dos dados em projetos escolares; relatos de comprometimento x burocracia; registros em Cadernos de Gestão/Docentes.	OE2 – Investigar a adesão dos gestores.
Significância	O princípio deve ser relevante e culturalmente valorizado; significa ter importância percebida pelos	2. De que forma a AD se insere no dimensionamento curricular da escola? (eventos, planejamento por área, aulas etc.)	Percepção de gestores sobre relevância da AD; valorização da política como instrumento de equidade e aprendizagem;	OE1 – Examinar a validade da AD como política pública.

	atores (Patton, 2020, p. 346).		presença em discursos institucionais.	
Utilidade e Resultados	O princípio deve gerar efeitos práticos e observáveis: uma função prática (utilidade) com resultados concretos (Patton, 2020, p. 347).	1. Como é realizada a apropriação dos resultados da avaliação diagnóstica pela equipe gestora? 3. Qual a repercussão da AD na tomada de decisão sobre o planejamento curricular da escola?	Registros de replanejamento e intervenções; uso de MDE; cronogramas; exemplos de redefinição de rotas; variação de níveis/proficiências; evidências de redução de defasagens.	OE3 – Avaliar sua utilidade na tomada de decisão pedagógica.

Fonte: Da pesquisa com base em Patton (2020).

O quadro analítico elaborado agrega os critérios de eficácia de Patton (2020) sistematizando conceitos, indicadores observáveis e fontes de evidência presentes no levantamento documental e nas entrevistas da pesquisa. Essa articulação orienta o olhar avaliativo tanto para a coerência normativa dos documentos quanto para a percepção e apropriação prática dos gestores, compondo uma visão crítica e abrangente da AD como política pública na perspectiva da avaliação baseada em princípios.

O *locus* de pesquisa foi o município de Caucaia, que conta com 31 escolas, sendo 8 escolas de tempo integral (EEMTI). Foram entrevistados 5 gestores de EEMTI do município de Caucaia, pertencentes à CREDE 01, que contempla um percentual de 62% das escolas de Ensino Médio de Tempo Integral. As respostas resultantes das entrevistas foram contextualizadas e analisadas qualitativamente com base nos princípios instituídos por Patton (2020).

A entrevista semiestruturada foi organizada de modo a contemplar os objetivos específicos e relacioná-los com os princípios de Patton (2020). Como a entrevista baseia-se nos relatos dos sujeitos, é importante que as questões sejam próximas ao seu fazer e em níveis que se possa buscar a maior profundidade que o respondente possa alcançar, sem, contudo, constrangê-lo (Lombardi, *et al.*, 2021).

5 POLO TÉCNICO

O polo técnico compreende a coleta dos dados a análise e a discussão dos resultados da pesquisa. É nele que todo o esforço em organizar o trabalho culmina e remete às análises feitas no percurso da pesquisa. É em seu âmbito que se organiza a coleta de dados e confronta com a teoria discutida na pesquisa. Os modos de investigação utilizados contribuem para a exatidão do polo, tendo em vista serem caminhos práticos e particularizados de aproximação com os fatos empíricos da pesquisa (De Bruyne, Herman, De Schouteete, 1976).

Essa é uma pesquisa de natureza qualitativa com apoio de dados quantitativos, em que a centralidade está na interpretação dos significados e das práticas em diálogo com as evidências numéricas, como os indicadores de desempenho. Busca descrever como os princípios da AD se

manifestam em documentos, resultados e percepções de gestores e compreender a eficácia da política a partir da articulação com o modelo de Patton (2018), revelando tensões e limites. São procedimentos técnicos articulados nessa pesquisa a análise documental além das entrevistas semiestruturadas com 5 gestores de escolas de ensino médio em tempo integral do município de Caucaia.

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa visa interpretar ações humanas em seu contexto social e histórico, fundamentando a metodologia deste estudo voltada à análise dos sentidos atribuídos pelos gestores à Avaliação Diagnóstica. As abordagens foram combinadas, conforme Flick (2009), a fim de ampliar a validade dos resultados por meio da triangulação de fontes e métodos (Denzin, 1978), como documentos, entrevistas e dados de desempenho escolar. Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), considerando os princípios de eficácia de Patton (2018), com diferentes tipos de evidência para garantir consistência metodológica e interpretação dos resultados. As entrevistas com gestores escolares trouxeram informações práticas que complementaram as prescrições normativas, ao passo que a série histórica do SPAECE (2019–2024) apresentou variações reais de desempenho. Comparando documentos, entrevistas e dados, foi possível avaliar como orientações são apropriadas pelas escolas e seus efeitos na aprendizagem tanto no âmbito normativo quanto prático.

5.1 PESQUISA DOCUMENTAL

O *corpus* dos documentos oficiais analisados fez um recorte dos anos de 2009 a 2024, onde evidenciam a consolidação da política de avaliação no Ceará, a saber: o Parecer PLAMETAS (Ceará, 2009), o Plano Estadual de Educação 2016–2024, Lei nº 16.025/2016, (Ceará, 2016), a Nota Técnica da Iniciativa Foco na Aprendizagem (Ceará, 2021) e o Projeto de Avaliação Diagnóstica do Ensino Médio (Ceará, 2017b), além do Volume III da Série Diálogos e Proposições e do Decreto nº 9.432/2018 (Brasil, 2018), que instituiu a Política Nacional de Avaliação. Complementam o conjunto a Nota Técnica nº 0001/2021/CAOEDUC/MPCE (Ceará, 2021a), as Leis nº 17.378/2021 (Ceará, 2021b) e nº 17.572/2021 (Ceará, 2021e), o Documento Curricular Referencial do Ceará (Ceará, 2021) e, mais recentemente, o Sistema On-line de Avaliação – SISEDU (Ceará, 2024).

A Avaliação Diagnóstica (AD) foi desenvolvida a partir de experiências locais e baseada nas matrizes do SPAECE. Em 2009, o Parecer PLAMETAS destacou a necessidade de enfrentar a defasagem de aprendizagem para garantir que todos os alunos adquiram as habilidades esperadas por série/ano, um grande desafio para a gestão escolar. Os resultados das avaliações externas indicaram a necessidade de intervenções e ajustes, especialmente para alunos que ingressavam no Ensino Médio (Ceará, 2009). Esse período foi marcado pela universalização da participação das escolas estaduais no SPAECE.

As iniciativas de avaliações diagnósticas ocorrem em um contexto de até 60% de defasagem de aprendizagem entre alunos do ensino médio, com adesão universal das escolas do Ceará ao SPAECE e uso das matrizes como referência de desempenho. Projetos como AVALIA-15, na CREDE 15 e CREDEVEST, na CREDE 14, adotam avaliações semestrais, (Barros, 2016) e essa estrutura foi mantida no Projeto de Diagnóstico e Nivelamento de Escolas de Ensino Médio Integral desde 2017, incluindo etapas de preparação, aplicação, análise dos resultados e intervenções (Ceará, 2017b).

A organização da avaliação em larga escala no Ceará, centra-se no SPAECE, cuja implementação inicia em 1992, como Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Ceará, posteriormente SPAECE, em 1996 com os alunos de 4ª e 8ª série, atuais 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, com base na matriz do Sistema de Avaliação da Educação Básica, SAEB, sendo desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Ceará, UFC, e aplicado por adesão. Em 2003 e 2004 passa a englobar todas as escolas estaduais do Ceará e os sistemas municipais de ensino, ficando sua organização a cargo da Célula de Articulação do Censo Escolar (CEACE) em 2007 e posteriormente a Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação (COAVE), onde passa a ter como propósito, entre outros, a “avaliação do Ensino Médio, realizada anualmente de forma censitária nas três séries deste nível de ensino, envolve todas as escolas da rede estadual de ensino e seus anexos, localizadas nos 184 municípios cearenses” (Bravo, 2021 p. 108).

Embora aplicada em toda a rede, a Avaliação Diagnóstica pode ser analisada em sua menor unidade, a escola, onde se definem os rumos pedagógicos. Nessa escala, a AD torna-se um instrumento de gestão, pois os níveis de atingimento de proficiência funcionam como indicadores estratégicos para reorganizar o currículo, planejar atividades extraclasse, direcionar monitorias e adotar recursos didáticos específicos. Essas decisões, ajustadas às condições socioeconômicas e contextuais de cada unidade, também são discutidas em nível de CREDE, que orienta a gestão da aprendizagem por meio de formações e encontros coletivos (Ceará, 2022).

O levantamento de dados utilizou inicialmente a palavra-chave “Avaliação Diagnóstica”, acrescida de “Ceará” quando necessário para refinar os resultados. As buscas foram realizadas no Portal de Periódicos CAPES, na biblioteca SciELO e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Observou-se que os estudos encontrados tratam a AD sobretudo em duas dimensões: como instrumento de avaliação da aprendizagem e como política pública. Complementarmente, foram consultados os portais das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e das Superintendências das Escolas de Fortaleza (SEFOR), de onde se obtiveram documentos oficiais que evidenciam o desenvolvimento e a integração da AD aos programas de formação e aprimoramento da aprendizagem no Ceará.

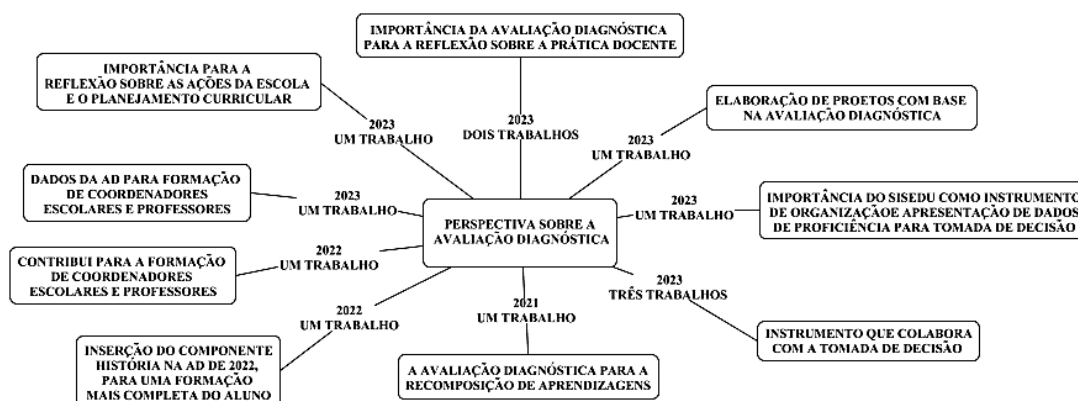
Por se tratar de uma política pública educacional cearense e componente do Plano Estadual de Educação (PEE), o qual afeta diretamente o Ensino Médio (Ceará, 2016), buscou-se nas bases de dados de periódicos da Universidade Estadual do Ceará, (UECE) e da Universidade Federal do Ceará (UFC), em que a pesquisa a partir da palavra-chave “avaliação diagnóstica” apontou dezessete trabalhos, sendo 2 deles relacionados diretamente à investigação de aspectos da AD.

No Portal de Periódicos CAPES, observou-se que o termo “Avaliação Diagnóstica” aparece em diferentes áreas — saúde, tecnologia, sociedade e educação —, geralmente com foco em contextos específicos. Como política pública, é mencionada em experiências estaduais como o PAEBES (Espírito Santo) e o SAERJINHO (Rio de Janeiro), que evidenciam impactos institucionais e curriculares (Lima; Passarela, 2022; Martins; Gabriel, 2016). No caso do Ceará, apenas dois trabalhos tratam da temática, ambos relacionados a redes municipais e ao uso da Avaliação Diagnóstica como instrumento de gestão (Lima *et al.*, 2020).

O levantamento bibliográfico realizado na Base de Teses e Dissertações (BTDT) buscou identificar trabalhos que abordassem a AD como política pública. A pesquisa pela palavra-chave "Avaliação Diagnóstica" resultou em sessenta e sete registros, dos quais apenas dois se enquadram nessa perspectiva, sendo ambos, dissertações de mestrado. O primeiro deles aborda a formação docente por meio da apropriação da AD, especialmente no ensino de matemática, destacando a relevância desse instrumento para promover práticas alinhadas às políticas de nivelamento e equidade educacional (Loiola, 2021). O segundo trabalho, analisa o acompanhamento da gestão escolar na utilização dos dados advindos da AD visando aprimorar a prática pedagógica na escola (Miranda, 2021).

Outra base de dados foram os documentos do Seminário Docentes, evento anual, parte do Programa Cientista Chefe, ativo desde 2019, que congrega pesquisas realizadas por professores e gestores do Ceará como incentivo à reflexão sobre a educação, práticas educativas e experiências de gestão. Este evento ocorre anualmente e promove momentos de aprendizagem e formação docente (Ceará, 2019b). O acervo é voltado para a divulgação de trabalhos de professores e gestores da educação básica do Ceará, e neste foram encontrados: um trabalho realizado em 2021 (Ceará, 2021f), dois em 2022 (Ceará, 2022) e onze em 2023 (Ceará, 2023).

Figura 2: Abordagens sobre a Avaliação Diagnóstica no Seminário Docentes

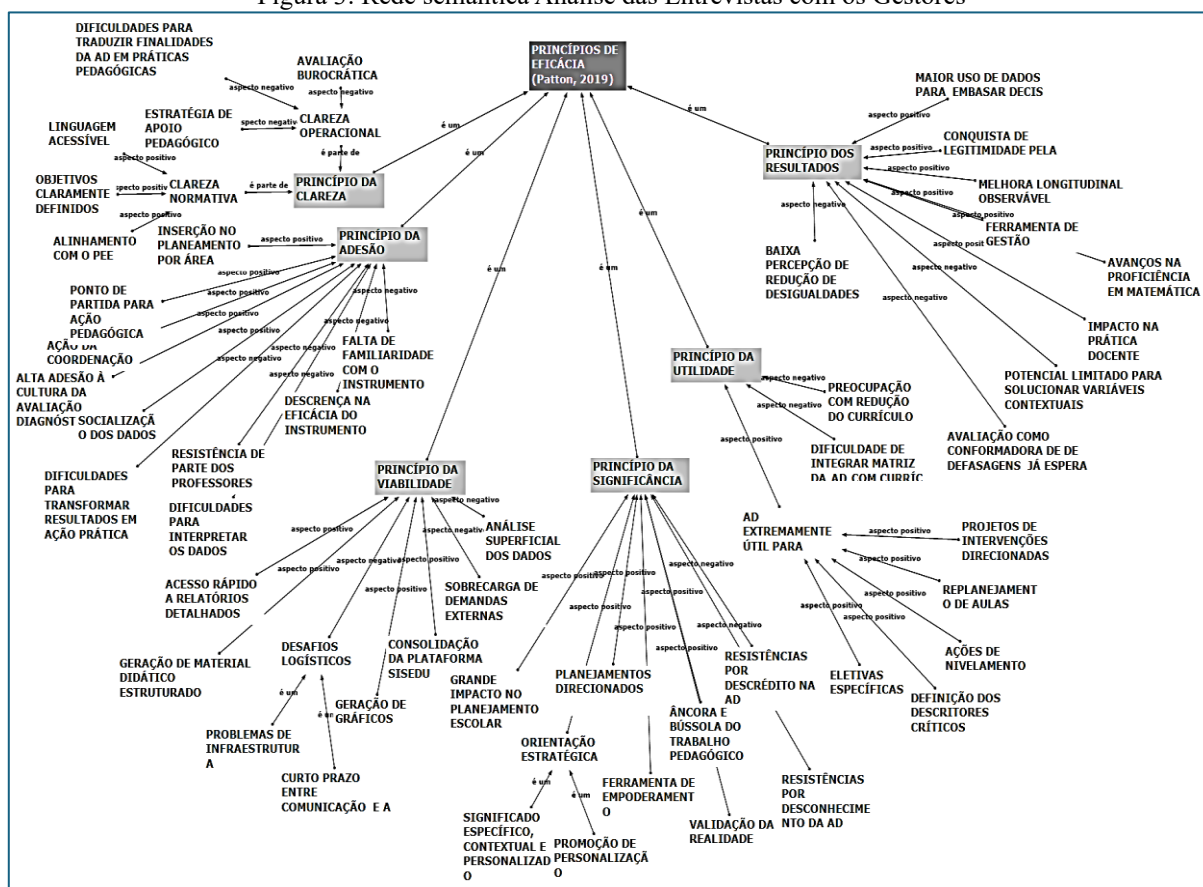


Fonte: Da pesquisa em Ceará (2019, 2021, 2022, 2023).

Observa-se que as abordagens apresentadas pelos professores em suas pesquisas apresentadas nos Seminários ressaltam contribuições e aspectos positivos da AD, não evidenciando aspectos críticos ou desafios a serem superados. A apropriação dos dados da Avaliação Diagnóstica para orientar ações na escola a fim de corrigir insuficiências de aprendizagem é a tônica dos trabalhos apresentados. O processo de apropriação contempla não apenas aspectos técnicos, como o conhecimento dos dados e de sua forma de apresentação, dos níveis de proficiência ou mesmo do material estruturado, no caso da AD, mas aspectos culturais, que no entender de Heller (1987), implica em tomar para si o conhecimento científico e inseri-lo em sua própria experiência, capacitando-o para postar-se diante dos cotidianos com os quais se depara. Esse conhecimento ganha sentidos ao ser incorporado ao cotidiano, onde é adaptado (Heller, 1987).

Apesar do conhecimento acerca da defasagem de aprendizagem na entrada dos alunos no Ensino Médio, ainda é um desafio atuar nessa correção. Por isso é importante investigar suas raízes. É preciso continuar a avaliar, porém, situar essa avaliação em categorias pode ajudar a ilustrar esse campo (Lima, *et al* 2021). Assim, os objetivos, a eficácia, os atores (especialistas), a organização, as mudanças, os processos e os princípios são perspectivas avaliativas que, associadas, podem contribuir para uma visão mais global da situação de aprendizagem na educação cearense, em especial no Ensino Médio. A Figura 3 apresenta uma análise das entrevistas com os gestores através de uma rede semântica.

Figura 3: Rede semântica Análise das Entrevistas com os Gestores



Fonte: Da pesquisa feito com Atlas Ti.

Sob a perspectiva da avaliação centrada em princípios, é possível analisar se a Avaliação Diagnóstica (AD) é culturalmente aceita, integrada ao processo pedagógico e viável dentro da organização escolar. Essa abordagem permite avaliar a utilidade da AD em suas etapas de elaboração, aplicação e apresentação dos resultados, verificando em que medida esses dados subsidiam a tomada de decisão e representam os princípios que orientam a política. A prática avaliativa, nesse sentido, constitui uma cultura organizacional que precisa ser continuamente fortalecida, pois exerce influência direta na resolução de problemas e na promoção de mudanças transformadoras — mudanças que, como destaca Patton (2019), devem estar profundamente inseridas nas pessoas, relações, comunidades e culturas.

Os gestores entrevistados reconhecem a relevância da Avaliação Diagnóstica, apontando-a como instrumento essencial de validação da realidade e orientação estratégica, pois funciona como uma “bússola” ou “termômetro” para as ações escolares. Como ferramenta de autonomia e assertividade, é capaz de personalizar o atendimento às turmas e atender às necessidades específicas de aprendizagem, superando práticas genéricas de planejamento.

Embora não seja percebida como imposição burocrática, a AD constitui uma política institucional consolidada, que se dissemina de forma normativa na rede, o que revela uma aparente contradição entre a percepção de apropriação cultural e sua natureza institucionalmente coercitiva. Essa ambiguidade, entre adesão e obrigatoriedade, indica que a política alcançou legitimidade simbólica, mas também sugere a necessidade de estudos futuros sobre o processo de internalização da avaliação como prática autônoma ou induzida. Investigações posteriores poderão aprofundar como essa institucionalização influencia a cultura organizacional das escolas, os modos de participação docente e a efetiva utilização pedagógica dos resultados, aspectos que permanecem abertos e merecem análise continuada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Avaliação Diagnóstica no Ceará consolidou-se como uma política pública estável, normatizada desde 2017 e inserida no conjunto de práticas avaliativas que sustentam o planejamento pedagógico da rede. Sua existência atende à necessidade de nivelamento inicial das aprendizagens e à orientação de intervenções, constituindo um avanço no esforço de regulação da qualidade educacional. Contudo, ao ser analisada à luz da Avaliação Centrada em Princípios, constata-se fragilidades que relativizam sua eficácia e evidenciam tensões entre intenção normativa e prática pedagógica.

Referente ao primeiro objetivo específico, examinar a validade da AD como política pública, observou-se que a política tem consistência formal, ancorada em legislação, notas técnicas e relatórios institucionais. Entretanto, a validade normativa não garante, por si só, clareza operacional: gestores compreendem os objetivos gerais, mas relatam dificuldades para traduzir os dados em práticas pedagógicas concretas.

Em relação ao segundo objetivo específico, investigar a adesão dos gestores, as entrevistas revelaram que a AD é legitimada no discurso e incorporada a planejamentos, mas nem sempre internalizada como prática cultural. Em muitos casos, permanece a percepção de cumprimento burocrático que limita sua função de apoio pedagógico.

Quanto ao terceiro objetivo específico, avaliar sua utilidade na tomada de decisão pedagógica, identificou-se que os resultados são usados pontualmente para orientar intervenções e replanejamentos, mas essa utilização não é sistemática. Persistem lacunas entre diagnóstico e transformação, de modo que a utilidade da AD ainda se mostra parcial e desigualmente apropriada nas escolas.

Sobre o quarto objetivo específico, analisar os resultados obtidos em termos de aprendizagem e equidade, verificou-se que, embora os relatórios indiquem avanços, subsistem desigualdades significativas entre escolas e territórios. Isso revela que ainda há muito o que avançar em reação aos

princípios da equidade e da inclusão. Os ganhos identificados não eliminam disparidades estruturais e, em alguns casos, os resultados têm servido mais à legitimação institucional da política do que à redução efetiva das desigualdades.

A Avaliação Diagnóstica é estratégica para a gestão da aprendizagem, mas sua eficácia depende da apropriação crítica dos dados por gestores e docentes e de condições favoráveis à ação pedagógica. Para ser realmente transformadora, exige clareza operacional, adesão e integração, indo além do simples monitoramento.

Apesar de apresentar base normativa sólida, sua aplicação enfrenta desafios ligados à efetividade, adesão e apropriação nas escolas. Embora reconhecida por gestores, ela depende da superação de obstáculos estruturais e culturais para se tornar prática pedagógica relevante. Nesse sentido, a avaliação pode tanto perpetuar desigualdades quanto promover equidade, dependendo de seu uso crítico e das condições de implementação.

Essas observações sugerem novas pesquisas sobre a apropriação docente dos resultados, análise do atendimento às desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas, comparação da AD com avaliações externas como o SPAECE e acompanhamento longitudinal pós-pandemia. Esses estudos podem aprimorar políticas públicas de avaliação educacional no Ceará e em outros contextos.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS, M. E. S. A avaliação diagnóstica implantada pela CREDE 15: um olhar sobre a prova e a análise de seus resultados. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3650>. Acesso em: 6 jun. 2022.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa, v. 38, n. 2, p. 373–388, abr. 2012.

BRASIL. Decreto nº 9.432, de 19 de junho de 2018. Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 29 jun. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9432.htm. Acesso em: 6 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Relatório de Indicadores Educacionais e Sociais 2023. Brasília: MPO, 2023.

BRAVO, M. H. A. A política de avaliação do estado do Ceará de 2009 a 2018: interfaces com as políticas de avaliação do governo federal para o ensino médio. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.48.2021.tde-08022022-110623>.

CEARÁ (SEDUC). COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA - COADE. Parecer PLAMETAS. Fortaleza - Ce, p. 1-7, 2009. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2009/04/parecerplametas.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2022

CEARÁ (Estado). Lei nº 16.025, de 30 de maio de 2016. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação 2016-2024). Fortaleza: Assembleia Legislativa, 2016. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4019-lei-n-16-025-de-30-05-16-d-o-01-06-16>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CEARÁ (SEDUC). PLANO DE DIAGNÓSTICO E NIVELAMENTO DE ALUNOS , 2017. PLANO DE DIAGNÓSTICO E NIVELAMENTO DE ALUNOS : Ensino Médio em Tempo Integral na rede estadual do Ceará, Fortaleza - Ce, p. 1-9, 2017. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/37/2018/09/plano_diagnostico_nivelamento.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.

_____, (SEDUC). PROJETO: AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO ENSINO MÉDIO. 2017b. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2017/09/25/projeto-avaliacao-diagnostica-do-ensino-medio/>. Acesso em: 25 set. 2017.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Seminário Docentes. Fortaleza: SEDUC, 2019a. Disponível em: <https://www.ced.seduc.ce.gov.br/seminario-docentes/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

_____. Secretaria da Educação. Práticas de gestão escolar. Fortaleza: SEDUC, 2019b. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/01/IU_CadernoPraticas_CE_2019.pdf. Acesso em: 1 set. 2023.

CEARÁ. Centro de Apoio Operacional da Educação - Caoeduc. Ministério Público do Estado do Ceará. Nota técnica Nº 0001/2021/CAOEDUC/MPCE: avaliação diagnóstica. Fortaleza: Mpce, 2021a. 9 p. Disponível em: <https://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2021/08/20210218-Nota-Tecnica-0001-2021-CAOEDUC-Avaliacao-Diagnostica.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

_____. LEI nº 17.378, de 4 de julho de 2021. INSTITUI, NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ, O PROGRAMA CIENTISTA-CHEFE. [S. l.], 4 jul. 2021b. Disponível em: <https://www.funcap.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/52/2021/05/LEI-ESTADUAL-17378-2020-PROGRAMA-CIENTISTA-CHEFE.pdf>. Acesso em: 17 maio 2022.

_____. (SEDUC). Nota Técnica – Processo Avaliativo da Iniciativa Foco na Aprendizagem (IFA), Fortaleza - Ce, p. 1-14, 2021c. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2021/01/Nota-Tecnica-%E2%80%93-Processo-Avaliativo-da-Iniciativa-Foco-na-Aprendizagem-IFA-0A.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025

_____. (SEDUC) Documento Curricular Referencial do Ceará, 2021d. [S. l.], v. 1, p. 1-411, 2021. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/01/dcrc_completo_v14_09_2021.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022

_____. (Estado). Lei nº 17.572, de 22 de julho de 2021. Dispõe sobre o programa “Ceará Educa Mais”, consistente em ações destinadas à estruturação, ao desenvolvimento e à implementação de estratégias de gestão no âmbito da rede pública de ensino do Estado do Ceará, objetivando o aprimoramento e o fortalecimento do processo de aprendizagem. Lei Nº17.572, 22.07.2021e. 1. ed. Fortaleza, CE, 22 jul. 2021. v. 1, n. 1. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/7504-lei-n-17-572-22-07-2021-d-o-22-07-21>. Acesso em: 01 fev. 2024.

_____. Secretaria da Educação. Seminário Docentes. Fortaleza: SEDUC, 2021f. Disponível em: <https://www.ced.seduc.ce.gov.br/seminario-docentes/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Seminário Docentes. Fortaleza: SEDUC, 2022. Disponível em: <https://www.ced.seduc.ce.gov.br/seminario-docentes/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Seminário Docentes. Fortaleza: SEDUC, 2023. Disponível em: <https://www.ced.seduc.ce.gov.br/seminario-docentes/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Sistema Online de Avaliação – SISEDUC. Fortaleza: SEDUC, 2024. Disponível em: <https://www.ced.seduc.ce.gov.br/sistema-online-de-avaliacao-siseduc-2024/>. Acesso em: 1 maio 2024.

COSTA, O. S. Avaliação formativa na educação: um passo para o sucesso. Revista de Gestão e Avaliação Educacional, v. 6, n. 13, p. 137-141, 2017. DOI: 10.5902/2318133823138.

DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; DE SCHOUTHEETE, M. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

DENZIN, N. K. The research act: a theoretical introduction to sociological methods. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 1978.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

FERREIRA, L. N. et al. Os resultados da avaliação diagnóstica em língua portuguesa e matemática para os alunos das primeiras séries do ensino médio da rede pública estadual do Ceará: um instrumento de gestão que orienta a formação e o planejamento docente. In: *Educação no século XXI*. Fortaleza: EdUECE, 2019. v. 44.

FERREIRA, L. N. O projeto de avaliação diagnóstica da rede pública estadual do Ceará: análise dos descritores críticos em matemática. *Revista Pemo*, v. 2, n. 3, p. 1-16, 2020. DOI: 10.47149/pemo.v2i3.3622.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HELLER, A. O cotidiano e a história. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

LIMA, M. A. M.; MARINELLI, M. A epistemologia de Gaston Bachelard: uma ruptura com as filosofias do imobilismo. *Revista de Ciências Humanas*, v. 45, n. 2, p. 393-406, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2011v45n2p393>.

LIMA M.A.M; VASCONCELOS, S. O. S.; OLIVEIRA, S. de A. G.; COSTA, F. C. C. da. Aspecto formativo dos dados das avaliações diagnósticas para os trabalhadores da gestão escolar nas escolas públicas de ensino médio do estado do Ceará. *Devir Educação*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 224–248, 2021. DOI: 10.30905/rde.v5i2.490. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/490>. Acesso em: 15 out. 2024.

LUCKESI, C. C. Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018.

LOIOLA, F. O. Como a avaliação diagnóstica realizada pela SEDUC influencia na prática pedagógica do professor de matemática. 2021. Dissertação - Mestrado em Matemática PROFMAT, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

LOMBARDI, J.C. SAVIANI, D.. SANFELICE, J. L. (orgs.). História, epistemologia e pesquisa em educação. 3ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

MIRANDA, M. S. Acompanhamento pedagógico com o apoio de avaliações diagnósticas formativas em uma escola cearense. 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

MOTA, D.; MAMEDE-NEVES, M. A. C. Percepções e representações sociais de professores acerca de avaliação da aprendizagem: um estudo das produções em teses e dissertações (2009-2019). *Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, v. 10, n. 19, p. 1-21, 2021. DOI: 10.5902/2318133855396.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

PATTON, M. Q. Principles-focused evaluation: the guide. New York: Guilford Press, 2018.

PATTON, M. Q. Blue Marble Evaluation: premises and principles. New York: Guilford Press, 2019.

PERRENOUD, P. A avaliação entre duas lógicas. In: PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Penso, 1999.

PESSOA, N. de S. SOUSA, R. C. de; LIMA, M. A. M. VIDAL, E. M. Avaliação em larga escala nos estados do Ceará e Piauí na visão de especialistas em educação. Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional, [S. l.], v. 5, p. e024003, 2024. DOI: 10.51281/impa.e024003. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/impa/article/view/12471>. Acesso em: 8 jun. 2024.

RIBEIRO, N. C. Flexibilidade do Método Quadripolar: enquadramento de sua abordagem em relatório de pesquisa. Ciência da Informação Express, [S. l.], v. 2, p. 1–6, 2021. DOI: 10.60144/v2i.2021.73. Disponível em: <https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/73>. Acesso em: 1 jun. 2024.

SOUSA, S. Z. Iniciativas de avaliação educacional no estado do Ceará. Estudos em Avaliação Educacional, v. 34, p. e09328, 2023. DOI: 10.18222/eae.v34.9328.